



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18
outubro
2019**

A ESCOLA NORMAL NO ALTO SERTÃO DA BAHIA (1950-1960): CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Maria Cláudia Meira Santos Barros
Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil
Endereço eletrônico: caumeira6@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo tecer algumas considerações acerca da pesquisa em andamento de doutorado intitulada “Escola Normal, nos municípios de Brumado e Caetité do Alto Sertão da Bahia, nas décadas de 1950 e 1960”. Em busca disso, pretendemos reconstituir aspectos da história desta instituição, suas práticas pedagógicas, bem como também compartilhar as expectativas e experiências vividas pelas normalistas. Para isso, recorreremos às contribuições das memórias pessoais e sua relação com o contexto vivido, condicionado e remetido como referencial de vida formação.

Na Bahia, a criação da Escola Normal data do ano 1836, sob a Lei nº 37, sancionada pelo Presidente da Província, Dr. Francisco de Souza Paraíso. Nesta lei fica explícita a preferência da formação de alunos do sexo masculino, porém, previa, também, a formação de mestras para a instrução primária, em um curso especial com o currículo voltado para o ensino das matérias do curso primário, acrescido de desenho linear e prendas domésticas, sendo que esta matéria seria ministrada por uma professora (LIMA, 1997).

No sertão baiano, a realidade não foi diferente. Em Caetité, por exemplo, a Escola Normal, foi criada pela Lei n.º 117, de 24 de agosto de 1895, porém a inauguração se deu em maio de 1898, no governo de Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima.

No município de Brumado, o ensino secundário foi criado em 1958, sob a liderança de Monsenhor Antônio da Silveira Fagundes, pároco local, que junto a outras pessoas de influência do município e região, criaram o Ginásio General Nelson de Mello. No ano de 1962, foi fundado em anexo ao colégio, o Curso Normal Dr. Pompílio Leite, oferecendo o curso de magistério. Tal colégio, de cunho particular, foi transferido para o Estado em 1970, pelo Decreto n.º 21.736, de 05 de março de 1970, passando a se chamar

DISTOPIA, BARBÁRIE E CONTRAOFENSIVAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Colégio Estadual de Brumado (CEB). Durante toda a década de 60, no município de Brumado, o ensino secundário e a formação de professores foram para poucos, à medida que o estudo era de alto custo (WALTER, 2010).

METODOLOGIA

Portelli (2010) nos dá uma contribuição nesse sentido ao afirmar que a fonte “diz respeito a versões do passado, ou seja, à memória” (2010, p. 16) pessoal e una, mesmo que seja referendada de diferentes formas pelo sujeito que a narra, pois somos seres em constante transformação, tornando a memória viva.

Concernente à importância da fonte oral, Alberti (2004) sinaliza que,

[...] Há na entrevista da história oral uma vivacidade, um tom especial, característico de documentos pessoais. É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu – e, por isso dá vida a – conjuntura e estruturas que de outro modo parecem tão distantes (ALBERTI, 2004, p. 14).

Tal perspectiva está estritamente relacionada aos conceitos de geração e memória conforme abordados anteriormente ressaltando que conforme González (2006), a metodologia geracional permite abordar o estudo do problema da historiografia da memória coletiva podendo realizar maiores aprofundamentos. Até o presente momento foram realizados estudos bibliográficos com levantamento de teses e documentos que remetem a criação e funcionamento da Escola Normais, além de termos realizado entrevista com três professoras da Escola Normal de Brumado e Caetité.

RESULTADOS E DISCUSSÃO PRELIMINARES

Nos depoimentos orais das professoras, podem-se recuperar outras visões e pontos de vista, dando ouvido aos sujeitos marginalizados na história, que na oralidade deixam o testemunho. As professoras as quais foram entrevistadas passaram a partir desse momento a serem nomeadas por nomes de flores a fim de preservar suas identidades.

Nessa perspectiva, segundo Rosa, ao ser questionada sobre os motivos que lhe levaram a ir para a cidade de Caetité para morar com as freiras e estudar na Escola Normal, ela nos diz:

Eu queria estudar, ser professora. Nessa época ainda morávamos na roça. Meu pai contratou uma professora que ensinava a todos nós. Mas assim que terminávamos as primeiras lições, era necessário buscar um lugar para prosseguir os estudos. Assim com 10 anos de idade meu pai me perguntou se era isso que eu queria, minha mãe orientou que seria difícil, mas se eu quisesse realmente estudar, deveria ser forte. Assim foi. (ROSA, 2018).

Uma outra professora, Margarida nos relatou que:

Era tudo muito difícil. Não tinha material: livros, giz, cadernos, lápis... Os professores ditavam a lição ou copiávamos dos livros para poder estudar. Não havia recursos didáticos. Era aula expositiva mesmo. Mas éramos muito unidas, vivíamos uma pelas outras (MARGARIDA, 2018).

Para Angélica,

Naquele tempo, a moça que quisesse estudar tinha que fazer sacrifício. Mas era diferente de hoje. Na casa onde fiquei em Caetité, além de mim havia mais duas estudantes, e as filhas do casal, que nos dava morada, que eram mais adiantadas do que nós. Elas nos ensinaram muitas coisas. Tinha as festas e dona Tosa, (dona da pensão) costurava os vestidos. (ANGÉLICA, 2018).

A narrativa de Angélica nos faz refletir sobre o caráter subjetivo presente nas relações humanas, sociais e fortemente presente na escola desde sempre. As relações subjetivas ultrapassam as agruras por que passavam, uma vez que o espírito de colaboração e respeito sobressaem as dificuldades encontradas.

Margarida nos conta que após a formatura, depois de nomeadas professoras, tinham que sair em busca de um local para alugar as próprias custas e convocar os alunos a matrícula. Não havia nenhum incentivo do governo ou qualquer tipo de política pública. As professoras eram nomeadas e encaminhadas algumas para localidades bem distantes, onde não havia transporte, pensão, e as dificuldades eram ainda maiores do que no período de estudo.

Depois de formadas éramos nomeadas para ensinar. Alugávamos um ponto e anunciávamos de casa em casa que iríamos dar aulas. De boca em boca a notícia se espalhava. Os pais vinham nos procurar para a matrícula. Eles mesmo confeccionavam a mesa e o tamborete para cada filho, feitos com caixotes, onde eram trazidas as encomendas dos grandes centros. Eram turmas multisseriadas. Havia muito respeito a figura do professor, os alunos, coitados, passavam as quatro horas de aula se sacudindo naquela mesinha feitas de tábuas (MARGARIDA, 2018).

Conforme entrevistadas e pesquisa bibliográfica e documentais, ainda não havia os grupos escolares ou as escolas tais qual conhecemos atualmente. As professoras eram nomeadas e por conta própria alugavam o local para funcionar a classe, sendo essas em sua maioria multisseriadas. Não havia política pública voltado à educação e sequer o custeio de material pedagógico básico para o funcionamento das classes. Tudo ficava ao encargo das professoras e da boa vontade dos pais e comunidade.

Assim, verifica-se que as memórias que persistem não é a memória da escola, dos decretos, despachos e burocracias, mas a memória das relações que sobrevive a partir dos laços afetivos que se formaram no passado e resistem ao tempo a partir dos “marcos sociais”. As relações entre as professoras pesquisadas, grupo de amigas que se encontram até os dias atuais, formam laços “comunitários”, entre professoras, alunos, pais que se sobrepõem que as burocracias, decretos, leis, avaliações do espaço escolar. São relações de amizade, companheirismo que ultrapassam o mundo da escola e as relações racionalizadas, produtivistas e capitalistas a qual foram instituídas na escola. Nesse caso o caráter de subjetividade sobrevive ao tempo e ao espaço e as memórias e histórias de vida das professoras do Alto Sertão baiano sobrevivem numa ótica mais humanizada.

CONCLUSÕES

Conforme salienta Portelli (2004), as narrativas das pessoas sobre o passado podem mudar a medida que também mudamos, seja pela “quantidade de tempo (a experiência acumulada), quanto pela qualidade do tempo (os aspectos enfatizado durante a narrativa)” (Ibidem, p. 298). Nesse sentido, através das narrativas orais, pretende-se elucidar a recordação memorial das entrevistadas através das recordações de pertencimento, resquícios do passado, fragmentos de um acontecimento que hoje inexistem, através de fotografias, diários, cartas, etc. Aliado a perspectiva da memória, vê-se a metodologia geracional que pontua e delimita o estudo para que não se divague em questões que possam surgir durante a pesquisa.

Desse modo, acreditamos na relevância dessa pesquisa que objetiva analisar os processos de vida-formação a partir do relato das experiências vivenciadas pelas professoras que se formaram na Escola Normal dos municípios de Caetité e Brumado, durante os anos de 1950 e 1960, no Alto Sertão da Bahia.

Diante das pesquisas empíricas e levantamentos de dissertações e teses realizados até o presente momento, percebe-se a relevância desse estudo para a história educacional do Alto Sertão da Bahia uma vez que contribuirá com o processo de construção e registro histórico principalmente em relação ao município de Brumado. Espera-se, através das narrativas emergirem situações referentes aos contextos sociais, históricos e culturais em que se deram os fatos a fim de contribuir com a prevenção do contexto em que se deu a constituição da Escola Normal no Sertão da Bahia.

PALAVRAS-CHAVE: Sertão da Bahia; Escola Normal; Memória.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Ouvir e Contar: textos em História Oral. Rio de Janeiro. Editora FGU, 2004.

ARÓSTEGUI, J. La Historia vivida: sobre la historia del presente. Madri: Alianza, 2004. BAHIA. Lei n. 117, 24 de agosto de 1895. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122520>. Acesso em 10 de abril de 2017.

GONZÁLEZ, Magdalena. Apuntes para un método de análisis mnemónico intergeneracional sobre la Guerra Civil. In: Hispania Nova: Revista de História Contemporânea. 2006. Disponível em: <http://hispanianova.rediris.es/6/dossier/6d014.pdf>. Acesso em: dezembro de 2018.

HALBWACHS, Maurice. Memória Coletiva. Centauro. Ed. SP, 2006.

LIMA, M. M. L. Magistério e Condição Feminina. In: COSTA, A. A.; ALVES, Ívia. (Orgs.) Ritos, mitos e fatos. Mulher e gênero na Bahia. Salvador: NEIM/UFBA, 1997.

LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia